

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)  
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1885-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1989)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1998)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCÂNTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTANA UEMURA SAMPATO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## O agro não precisa de Bolsonaro



**A atuação política do setor é legítima e necessária, mas a partidarização é nociva, tanto mais se atrelada a uma figura deletéria à pauta conservadora e liberal como o ex-presidente**

O Agrishow, a feira anual do agronegócio, é o principal fórum de discussão do setor no Brasil. É uma oportunidade valiosa para se debater questões transversais, como a conjuntura econômica internacional, políticas públicas de apoio, oportunidades de negócios, inovações tecnológicas e estratégias de sustentabilidade. E, no entanto, mais uma vez a feira esquenta as páginas do noticiário político.

No ano passado, à custa de prestígio do ex-presidente Jair Bolsonaro na

solenidade de abertura, a direção do evento provocou tremendo embaraço ao desconvocar o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro. O governo emendou mal o soneto, ameaçando retirar o patrocínio do Banco do Brasil, o que acabou não acontecendo. Mas a cerimônia de inauguração foi cancelada.

Neste ano, a solenidade oficial de abertura, no domingo em Ribeirão Preto, contou com as presenças de Fávaro e do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin. Mas, em mais uma manobra visivelmente calculada para afagar Bolsonaro, a aber-

tura foi realizada, de maneira totalmente incompatível com um evento deste porte, sem a presença do público pela primeira vez em 30 anos. No mesmo dia, Bolsonaro organizou uma manifestação também em Ribeirão Preto, que contou com os governadores de dois Estados destacados por sua produção agrícola: Tarcísio de Freitas, de São Paulo, e Ronaldo Caiado, de Goiás. Os três participaram da abertura ao público geral na segunda-feira, transmutada em um comício bolsonarista.

O agro precisa se despartidarizar. Isso não significa se despolitizar. A cadeia global de agropecuária é um setor notavelmente atendido por subsídios, e o agro depende do poder público para se manter competitivo. Inversamente, o Poder Público também depende do agro, há tempos o setor mais pujante da economia, que segue todos os anos superando marcos de produtividade, inovação e sustentabilidade.

Nessas condições, é legítimo que o setor se organize para promover seus interesses na arena política. De fato, a Frente Parlamentar Agropecuária é a mais ampla e possivelmente a mais poderosa no Congresso: são 324 deputados e 50 senadores de legendas e colorações ideológicas variadas.

Ninguém ignora que os agentes do setor são tradicionalmente conservadores e têm divergências agudas com os governos lulopetistas em relação, por exemplo, à demarcação de terras indígenas ou à convivência com invasões de terra como as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Questionar e pressionar o governo por meio de bancadas de repre-

sentantes eleitos e organizações civis é legítimo. Mas é nocivo para o setor quando essas pautas transbordam a arena política e contaminam um evento que deveria ser pluripartidário, prejudicando possibilidades de cooperação com o governo democraticamente eleito em favor dos interesses do País. Tanto pior quando os organizadores do evento permitem que ele seja, explícita ou implicitamente, sequestrado por uma figura deletéria às pautas conservadoras e liberais como Jair Bolsonaro.

Não é conservador nem liberal quem enquadra a política como uma batalha entre amigos e inimigos e promove rupturas institucionais ao invés de reformas; a concentração do poder ao invés da descentralização; a submissão das instituições ao invés de sua independência; o intervencionismo estatal ao invés do livre mercado. Não é conservador nem liberal – só reacionário e autoritário – quem flerta com um golpe de Estado que, se não por mais nada, implicaria um tremendo impacto à economia nacional, inclusive às importações e exportações do agronegócio.

Diz-se que o agro é pop, e com razão. Acima de tudo, o agro é forte, econômica e politicamente, e não precisa de um vândalo político como Bolsonaro para promover seus interesses. As eleições passaram, o eleitorado optou pelo atual governo, e é com ele que o agro tem de tratar, como tem de tratar com qualquer governo, de esquerda, direita ou centro. Já passou a hora de o setor se despartidarizar e, sobretudo, se desvencilhar desse passivo político que atende pelo nome de Jair Bolsonaro. ●

## A última do sr. Juscelino

**A tolerância de Lula com os malfeitos do ministro das Comunicações pode ser alta, mas a paciência dos que prezam pela decência no exercício do múnus público já se esgotou há muito tempo**

A Controladoria-Geral da União (CGU) concluiu que o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, malversou recursos públicos quando ainda exercia o seu mandato de deputado federal, pouco antes de assumir o cargo no primeiro escalão do governo Lula da Silva. A versão preliminar de um relatório preparado pelo corpo técnico do órgão corrobora algo que este jornal revelou há quase um ano e meio: emendas parlamentares oriundas do “orçamento secreto” foram direcionadas por Juscelino Filho ao município de Vitorino Freire (MA) – dominado politicamente por sua família desde pelo menos a década de 1970 – a fim de custear uma obra de pavimentação que serviu para valorizar nada menos que oito entre as de-

zenas de propriedades de Juscelino e seus familiares na região, sem benefício algum para a população local, como tem alegado o ministro.

“De um total de 23,1 km, envolvemdo R\$ 7,5 milhões, 18,6 km, (correspondente a) 80%, beneficiariam as propriedades do (então) parlamentar e, ao que parece, de forma individual. Os restantes 4,5 km beneficiariam cinco povoações locais, e ainda de forma isolada, sem integração com a rodovia estadual nem com a sede do município”, diz um trecho do relatório preliminar dos técnicos da CGU, obtido pelo jornal *Folha de S. Paulo* e confirmado pelo *Estadão*.

Se ainda faltava alguma coisa para que o presidente Lula da Silva, enfim, tomasse uma atitude firme diante da coleção de malfeitos de seu ministro

das Comunicações – a obra mal explicada é apenas um deles –, já não falta mais. Afinal, trata-se de um órgão do próprio governo federal – a CGU – atestando o desvio de emendas parlamentares milionárias patrocinadas por Juscelino para o atendimento de seus interesses privados. Aqui e ali, Lula sempre deu a entender que não afastaria um ministro com base “apenas” em reportagens da imprensa profissional – de resto, quase sempre desqualificada pelos poderosos quando faz bem feito o seu trabalho de levar à sociedade informações de interesse público, especialmente no que concerne ao exercício do múnus público. Essa desculpa esfarrapada para a leniência, porém, não existe mais a partir da divulgação do relatório da CGU.

A referida obra, orçada em R\$ 7,5 milhões, foi contratada pela prefeita de Vitorino Freire, Luanna Rezende, que vem a ser, ora vejam, irmã do ministro Juscelino Filho. Para adensar a já carregada nuvem de suspeição que paira sobre essa suspeitíssima contratação, o serviço foi executado por uma empreiteira, a Construservice, chefiada por um laranja. Uma investigação da Polícia Federal (PF) apontou que o verdadeiro dono da empresa é “um conhecido há mais de 20 anos” do ministro, o empresário José Barros Costa. “Eduardo Imperador”, vulgo pelo qual Costa é tratado em

Vitorino Freire, foi preso cinco meses após a assinatura do contrato. Na mesma operação, deflagrada em setembro de 2023, Luanna Rezende foi afastada da prefeitura, reassumindo o mandato poucas semanas depois por decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso. As investigações da PF continuam e é esperado que o ministro Juscelino Filho preste depoimento no próximo dia 10.

Das duas, uma: ou a CGU tem um péssimo quadro técnico, a ponto de produzir um relatório com graves acusações contra um ministro de Estado sem qualquer substância, ou, como é óbvio que é o caso, essa mixórdia que Juscelino faz entre o interesse público e seus interesses privados foi, afinal, reconhecida por servidores do próprio governo de que ele faz parte.

Já passou muito da hora de o presidente da República afastar do primeiro escalão do Poder Executivo federal alguém que demonstra tamanha inaptidão para o cargo de ministro de Estado. Ainda que Juscelino fosse um ás das telecomunicações no Brasil, as evidentes falhas morais do ministro já o desqualificam. A tolerância de Lula com esses desvios de seu auxiliar direito pode até ser alta, mas a paciência dos que prezam pela decência na administração pública já se esgotou há muito tempo. ●